

ATA Nº 01/2026 COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, às 14h reuniram-se extraordinariamente os membros do Comitê de Investimentos, do Conselho Deliberativo e do Conselho fiscal na Sede do IPACI, sendo que os conselheiros Luiz Carlos Bindaco, Valquíria Salvador Bernabé, Vilma Aparecida de Oliveira Cescon, Elaine do Nascimento Kale e Gilziane Faria Fonseca Martins participaram de modo *online*. A reunião teve como pauta: 1) Apresentação da nova Política de Investimentos para o ano de 2026 pelo Consultor de Investimentos o Senhor Marcos Almeida da empresa LDB - Consultoria Financeira. Em seguida, o presidente do Comitê de Investimentos, o Senhor Hudson Dessaune da Silva fez a introdução explicando que devido a entrada em vigor da Resolução de nº 5272/2025 do Conselho Monetário Nacional - CMN, foi preciso construir uma nova Política de Investimentos para o ano de 2026. Que embora o IPACI já tivesse enviado regularmente sua Política, nos moldes da Resolução nº 4963/2021, houve necessidade de se fazer uma nova Política de Investimentos. Que houve a total revogação desta última Resolução e exigência por parte da Portaria nº 2582/2025, que alterou o art. 283-A da Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência – MTP, de adequação da Resolução nº 5272/2025 até 1º de fevereiro de 2026. Que a Nova Política de Investimentos entrará em vigor a partir de 2 de fevereiro de 2026. Após, o presidente do Comitê de Investimentos passou a palavra ao Senhor Marcos para que ele fizesse a exposição da nova Política de Investimentos para 2026. Ato contínuo, o Senhor Marcos explanou passo a passo as alterações ocorridas da Política de Investimentos anterior até as motivações dessa nova Política. Ainda foi dito que a restrição para os Institutos que não têm Pró-Gestão foi severa, vez que poderão alocar seus recursos apenas na aquisição de Títulos Públicos Federais; investimentos em Fundos cem por cento títulos Públicos e Empréstimos Consignados. Que, salvo a nova Política de Investimentos, não será preciso realizar resgates a fim de ajustes às novas regras pois haverá o prazo de dois anos, a contar de 02/02/2026, para adequação da Carteira de Investimentos ao nível do Pró-Gestão de cada RPPS. Que os repasses que vão entrar a partir de 02/02/2026 deverão ser alocados em consonância à nova Resolução. Houve destaque também para os limites emitidos por uma mesma Pessoa Jurídica; Apreçamento de ativos financeiros e Gestão de Risco. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata que segue assinada pelo Presidente do Comitê de Investimentos e por seus membros presentes.

Hudson Dessaune da Silva

Diretor Financeiro

Presidente do Comitê de Investimentos

Dayse Modesto Correa

Diretora de Contabilidade

Membro do Comitê de Investimentos



Instituto de Previdência do
Município de Cachoeiro de Itapemirim

Luciane de Oliveira Pope Mion
Gerente de Controle da Receita e Despesa
Membro do Comitê de Investimentos

Cláudia Prúcoli Massini
Membro do Conselho Fiscal
Membro do Comitê de Investimentos

